

# Participação, insurgência e descolonização do planejamento urbano e a universidade

Débora Cavalcanti<sup>a</sup>

## Resumo

A participação é a essência do planejamento insurgente que nasce da resiliência da população face ao distanciamento da democracia representativa do seu cotidiano, e da ameaça que paira sobre as conquistas sociais mundo afora. Projetar com a comunidade, portanto, apresenta-se como contracultura. Este artigo tem o objetivo de enquadrar a participação em um contexto de descolonização do *modus operandi* do planejamento urbano convencional e de comentar o papel das escolas de arquitetura através de experiências de trabalho em comunidades: o caso do Arquitectendo e da Vivência Oásis.

## Palavras-Chave

Participação, Planejamento insurgente, Descolonização do pensamento, Ensino de arquitetura, Urbanismo

## Abstract

Participation is an essential feature of insurgent planning. It arises from the resilience of the people when they are faced with the fact that representative democracy is detached from their everyday lives. It also emerges from the threats which hover over their social achievements. When planning takes place with the community, it appears to be a kind of counter-culture. Thus the aim of the article is to frame participation within a setting which involves the decolonisation of the *modus operandi* of conventional urban planning and to comment on the role played by schools of architecture through work experiences in communities, showing the case of Arquitectendo and the Oásis Experience.

## Keywords

Participation, Insurgent planning, The decolonisation of thinking, Teaching architecture and urban studies

## Introdução

Em um contexto de grandes mudanças sociais e políticas no mundo, a participação cidadã na definição das políticas públicas e nas questões urbanas, deve ser repensada. Os diversos contextos têm demonstrado um afastamento cada vez maior do cidadão da gestão do seu território e, a incapacidade dos gestores públicos de planejarem ações que venham ao encontro das necessidades e situações vividas pela população. A cidadania insurgente recentemente visível nos movimentos 'rebeldes', animada pelas redes sociais, não transformou a realidade, mas deixou pistas sobre a possibilidade de mobilização e de que condições são necessárias para sair de um processo de contestação, e se engajar em uma construção coletiva de espaços políticos e materiais.

Ao mesmo tempo em que o planejamento conflitivo aparece, produzindo contestação à

cidade consensual ou a do pensamento único (Arantes *et al.*, 2000), surgem movimentos conservadores que colocam em lados opostos as forças que buscam a redução das desigualdades, em prol de uma sociedade mais inclusiva e, aqueles que preferem a manutenção e prevalência da cidade do mercado sobre a cidade dos direitos. Apesar do discurso teórico e da prática, negarem a efetividade de um planejamento *bottom-up*, pensando-se, portanto, que o planejamento progressista já seria uma página virada, ele continua vivo depois de mais de 80 anos da Carta de Atenas, mesclado com visões mercadofílicas e materializado em uma profunda financeirização da cidade e das políticas públicas (Rolnik, 2014). Aproximar e projetar a cidade com a comunidade é imperativo. A ausência de participação cria um distanciamento da população da gestão e planejamento urbano que se reflete em arbitrariedades e controle do setor privado sobre os interesses coletivos.

<sup>a</sup> Doutorado em Planejamento Urbano (LSE - UK), Professora Adjunta (FAU/UFAL). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL (Universidade Federal de Alagoas), Brasil. Email: debora\_cavalcanti@hotmail.com

Neste sentido este artigo vai debater a crise da democracia representativa passando pelos movimentos insurgentes, e assim, introduzir o tema da descolonização do planejamento. Em seguida, propõe-se observar a forma como as questões do planejamento urbano são tratadas nas universidades, distanciando os estudantes de uma articulação positiva entre arquitetura e urbanismo e, reproduzindo visões adotadas nos países centrais do capitalismo como modelos aplicáveis em qualquer região do mundo independente de suas origens geográficas, sociais, econômicas e culturais. Em sentido oposto serão apresentados dois casos de aproximação da universidade de uma práxis projetual que considera a população local e seu contexto, a dos eventos Arquitectendo e Vivência Oásis em Maceió, no nordeste brasileiro.

A questão, portanto, que se coloca é qual a relevância social do arquiteto e urbanista nesta sociedade dividida, onde parte pode consumir e parte não pode se beneficiar com o seu trabalho. Projetar com a comunidade apresenta-se como contracultura que se enquadra teoricamente na proposta de descolonização do planejamento urbano (Harvey, 2012; Santos, 1995; Roy, 2011). Seguir o fluxo do mercado e atender as necessidades individuais dos que podem pagar ou buscar, através do ato projetual, aproximar a sociedade de uma gestão coletiva do seu espaço e fortalecer uma agenda pública representa a encruzilhada em que se encontra mais uma vez a profissão.

### **Crise na democracia representativa e na cidade consensual**

Nas democracias modernas observa-se a crescente desconfiança gerada pelo descompromisso público dos representantes eleitos, e suas instâncias representativas, causando um desinteresse pela participação ativa, considerada incapaz de transformar a gestão pública (Santos e Avritzer, 2002). Os avanços nos processos de gestão em todos os lugares do mundo, em termos de utilização prática de conceitos tais como *accountability*, desde os anos 1980/1990, eram indicativos de um reforço na democracia representativa. No entanto, momentos de crise econômica, com ascensão de governos mais conservadores, fizeram regredir alguns desses avanços. No Brasil, a *accountability* é um processo em construção muito lento, pois uma frágil organização da sociedade e uma cultura política paternalista e corporativista, impede maiores avanços nessa área. Pinho e Sacramento

(2009) e Campos (1990) consideram que no Brasil existe 'uma situação de fraca *accountability*' derivada de uma baixa pressão por transparência e prestação de contas pela sociedade, aliada ao distanciamento dos governos em relação à sociedade civil. Vale ressaltar os investimentos feitos em tecnologia da informação com uma grande quantidade de informações disponibilizadas nos portais públicos, realizados a partir do Governo Lula. No entanto, a situação em geral é ainda muito incipiente, pois há poucos avanços nas esferas estaduais e municipais. Os recentes escândalos de corrupção ocorridos no Brasil são a prova de que tecnologia e portais de transparência sem acompanhamento da sociedade, não são garantia de lisura nos processos de relação contratual, entre setor público e privado.

Por estas e outras razões a democracia representativa está em crise e é crescente a falta de possibilidade de consenso em um ambiente eivado de interesses privados e individuais com poder de supremacia sobre questões públicas e coletivas. A ideia de uma *CEOcracia* (baseada no poder do *CEO* – *Chief Executive Officer* das grandes multinacionais) surge de forma potente em oposição à 'gasta' democracia representativa que vem demonstrando sinais de franca decadência em termos mundiais.

### **Participação**

Tendo em vista este panorama e a crítica do capitalismo, emergente nos anos 1960/1970, surgiram práticas de solução de problemas urbanos, entre eles, da questão habitacional que se baseiam na sabedoria popular, nas formas coletivas de resolver problemas individuais. A observação de como os pobres urbanos resolviam seus problemas serviu de base e de inspiração para a introdução de tecnologias apropriadas, que buscavam melhorar as condições de vida em vários lugares do mundo. Práticos tais como Turner (1976) e Fathy (1973) validaram a relevância social do arquiteto e urbanista na colaboração com a população para a construção de espaços de maior qualidade e que respondessem aos anseios das pessoas e as melhores técnicas de construção adequadas a cada situação, já com uma preocupação ambiental e cultural, utilizando materiais e saberes locais. No entanto, esta forma de produzir arquitetura não foi capaz de ser massificada e assim dominar os circuitos da construção civil que continuam homogeneizantes em termos de técnicas e materiais construtivos, por causa de interesses corporativos. Mas estas experiên-

cias, muitas delas concentradas em projetos piloto, foram capazes de se transformarem em políticas públicas, pois revelaram a possibilidade de construir com qualidade, de baixo custo, utilizando saberes locais e o mais importante atendendo aos anseios e necessidades dos que se beneficiaram com os planos e projetos. No entanto, na maior parte dos casos, inclusive no que se habituou chamar de *best practices*, durante o tempo da execução, com acompanhamento técnico e social garantido, os projetos podem ser considerados bem-sucedidos, mas quando a comunidade, o público-alvo tem a responsabilidade de continuar com o projeto, muitas vezes há interrupções e mesmo retrocessos em termos de avanços sociais, econômicos e mesmo materiais. Obviamente que os projetos não são reprováveis por conta disso, eles tiveram sua função, mas é intrigante entender por que projetos aparentemente com participação e bem pensados não dão os resultados esperados. Na realidade pode-se constatar que há uma inércia, uma dificuldade em se manter acesa a chama da coletividade, da empatia entre as pessoas que, em algum momento, se desviam de uma visão mais coletiva para uma busca individual do atendimento de suas vontades. Presidente Mujica em um de seus discursos, analisa a questão e fala da necessidade de equilibrar o egoísmo, próprio de um instinto ancestral de sobrevivência com a ideia do bem coletivo, que mesmo sendo uma construção também do processo evolutivo, foi sendo alvo de ataques na história, que vai criando estruturas que consolidam o poder de alguns poucos sobre muitos.

### Planejamento insurgente

Como um novo capítulo na história da civilização, onde a *CEOcracia* desponta, há uma reação por parte da população que, descreditando dos canais tradicionais de reivindicação, inauguram uma nova fase, utilizando os avanços tecnológicos, principalmente as mídias digitais como forma de se fazer ouvir pelos governantes. Um caso emblemático latino-americano foram as manifestações no Brasil em torno das questões de mobilidade, a Tarifa Zero, que uniu trabalhadores e estudantes para protestar contra aumentos abusivos das tarifas do transporte público, parando quase todo o Brasil. Este tipo de manifestação tem sido estudado e definido como planejamento insurgente pois nasce de iniciativas populares que se insurgem contra o poder constituído que deveria ser capaz de entender as necessidades da

população e se renovar nas formas de decisão, se levanta e propõe soluções que respeitem suas necessidades e anseios. Em pleitos bem específicos, via de regra, se podem alcançar resultados positivos, mas o que se observou foi que uma agenda mais extensa não se sustenta nas ruas, precisa de dispositivos e estruturas de acompanhamento para que passos sejam dados na direção de planos e projetos mais complexos. Cidadãos e cidadãs, ao redor do mundo, tomaram suas cidades em suas próprias mãos, preconizando um urbanismo humano – algo distante da profissão de planejador como hoje se apresenta, conforme discutido por MirafTAB (2016) que, ao apresentar essas experiências como novas práticas de planejamento, fala que se faz necessário: uma nova imaginação; um novo léxico; um novo repertório de práticas e um distinto entendimento de justiça. Apesar de parecer uma nova onda positiva no panorama sombrio (para moradores da classe trabalhadora) do planejamento urbano, o planejamento insurgente não é novo, como já se destacou ao falar das práticas participativas, provêm de uma tradição na teoria do planejamento, autores tais como Friedmann, Sandercock e Beard já reconheciam as práticas cidadãs como formas de planejamento. A maior dificuldade para ascensão dessa forma de planejamento é que, romper a superestrutura de dominação, exige organização e estratégia por parte dos insurgentes e, talvez neste ponto, a universidade em suas atividades possa ajudar. É notório que no planejamento insurgente o mais importante não são os técnicos e os políticos, mas sim as pessoas e seus direitos. Voltar-se então para o cotidiano, valorizar as estratégias pessoais e coletivas podem ajudar a construir um urbanismo humano que olha para as pessoas e não para as corporações e seus interesses financeiros. Para a implantação deste urbanismo mais humano, necessita-se de uma descolonização do pensamento que será abordada a seguir e de um repertório de práticas que incitem a imaginação. Estas práticas já estão acontecendo nos territórios, principalmente naqueles em que o estado não chega e as pessoas, por necessidade, se organizam e em uma participação direta vão construindo seu presente e futuro. Neste sentido, a universidade poderia assumir um papel de apoio a essas atividades através do ensino, pesquisa e extensão.

### Descolonização do planejamento urbano

A busca de novas formas de fazer planejamento urbano esbarra na dificuldade em sair de um

urbanismo subalterno, às forças econômicas e políticas dominantes, para um urbanismo que sirva às maiorias e, principalmente, aos que estão à margem, na periferia dos processos econômicos e políticos dominantes. Esta colonização do planejamento urbano faz com que seu sentido de existir esteja intimamente ligado ao propósito de servir ao avanço de um conceito de progresso e desenvolvimento, que visa aumentar os lucros das empresas mesmo em detrimento das condições sociais e ambientais. O planejamento urbano, mais do que servir ao capitalismo, tem mesmo produzido pobreza (Cavalcanti, 2008). Como afirma Roy (2009, p. 131) “é indefensável, caracterizar a pobreza simplesmente como uma questão de negligência do Estado. Em vez disso, a pobreza e as geografias da pobreza devem também ser compreendidas como efeitos do Estado, na medida em que envolvem tanto a exclusão territorial quanto a estigmatização territorial.”

Além da pobreza material, econômica e financeira, o capitalismo e seu coadjuvante urbanismo progressista, tem produzido uma pobreza espacial, social e cultural que empobrece as relações humanas ao construir cidade de muros e de guetos, do espraiamento e do zoneamento funcional. A diversidade preconizada por Jacobs (2011) manteve-se ausente apesar de se ter ensaiado algumas tentativas de produzir um *mix* social que representasse maior humanidade nas cidades (ex.: *inclusionary zoning* e cota de solidariedade em planos diretores).

Vê-se que todos perdem com o urbanismo progressista, mas principalmente os mais pobres são afetados, por terem poucas opções em termos de localização na cidade e na qualidade dos espaços ocupados. No entanto, esta população encontra formas de superar essa desvantagem ao usar o seu potencial imaginativo e os recursos locais, para melhorar as suas condições de vida à revelia do que pensam e projetam os profissionais do urbano. Neste sentido, o planejamento urbano deve se descolonizar de modelos hegemônicos e observar, com atenção, o que ocorre na cidade em espaços onde o estado ou mesmo o setor privado, não estão presentes. Observar, portanto, as práticas de planejamento insurgente em direção de um urbanismo humano, surge como um possível caminho a seguir. A questão é, como colocar isso em prática em contextos de opressão e de governos poucos transparentes direcionados para os interesses do mercado. Será que a universidade pode ajudar?

Se aproximar das populações e conhecer de perto a sua produção é uma possibilidade. Vários autores, inclusive no mais recente XVII

ENANPUR<sup>1</sup>, apresentaram trabalhos com pesquisas e relatos de experiências, que mostram como diferentes grupos sociais tem gerado uma onda transgressiva e criativa na cidade (Alvares *et al.*, 2017).

Alguns dos problemas relacionados com a implantação de projetos participativos dizem respeito ao analfabetismo cidadão e urbanístico do qual a população sofre, e do distanciamento do ensino e da prática da arquitetura e do urbanismo das necessidades da população. Para preencher essas lacunas, acredita-se que aproximar os alunos de uma prática comunitária tem um potencial transformador capaz de modificar a visão elitista da profissão, abrindo novas possibilidades de trabalho, ajudando assim a descolonizar o planejamento urbano de uma forma de pensar e de agir.

### Universidade e insurgência

Um aspecto importante dos temas relacionados com a participação e sua pedagogia está relacionado ao conhecimento, cuja busca refere-se ao que se deve fazer na Universidade. Na conceção de conhecimento discutida neste artigo, a Universidade é um componente, nem mais nem menos importante. Sua importância está ligada ao fato de promover a interação entre a teoria e a prática. Consolidar o tripé (ensino, pesquisa e extensão) como sustentáculo da produção da Universidade contribui para seu objetivo final: a busca do conhecimento em prol das pessoas e do atendimento de suas necessidades.

No entanto, como afirma Maricato (2016) se vive dentro da própria Universidade numa ‘máquina que nos aliena da própria realidade’, e assim, se faz necessário ensinar (ou melhor praticar) um planejamento mais humano voltado para o futuro, que dê ênfase a uma abordagem relacional, que privilegie a aproximação e o acolhimento, transformando os currículos tradicionais que geralmente prezam por um distanciamento da realidade. Uma outra questão importante é desenvolver as diferentes formas de comunicação e linguagens que possibilitem a troca de informações e conhecimentos entre os diversos atores urbanos. A aproximação com a realidade e o acolhimento dos diversos pontos de vista, criará oportunidades de cooperação e de compreensão da realidade que se honestamente trabalhada, de forma transparente, contribuirá para a descolonização do futuro. A partir da vivência ou mesmo de uma simples visita aos diversos espaços da cidade é impossível não

<sup>1</sup> Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.



entender que a cidade é uma construção social e como tal depende das correlações de força presentes e, suas capacidades de intervir na realidade a seu favor. Partindo dessas premissas foram pensadas e realizadas algumas experiências que serão rapidamente descritas e analisadas a seguir com o intuito de explorar potencialidades e debilidades a serem conservadas e melhoradas através de novas experiências.

A necessidade de inovar, de buscar novas formas de aproximação dos alunos com a realidade urbana foi o motor da atividade Arquitecendo que vem ocorrendo nos últimos anos no curso de Arquitetura e Urbanismo da FITS em Maceió (Vianna e Cavalcanti, 2016). Apesar de ser uma atividade muito simples onde alunos visitam o entorno da Faculdade e observam as diferentes morfologias e tipologias no seu primeiro período do curso, esta atividade trouxe para o curso um diferencial de abordagem que se faz sentir nos anos seguintes de desenvolvimento do aluno. A estratégia de introduzir as questões urbanas desde o primeiro semestre do curso teve como objetivo o treinamento dos alunos, desde o início, para a visualização das diferentes escalas do espaço habitável, onde além da discussão teórica sobre as questões urbanas, os alunos têm a oportunidade de propor melhorias nas áreas visitadas, ou seja, começam a exercitar a prática projetual articulando a arquitetura e o urbanismo em prol da qualidade de vida dos que habitam aqueles territórios. Os depoimentos dos professores e alunos participantes da experiência reforçam essa visão: “sinto que os alunos passaram a criar mais vínculo de identidade com a localidade estudada. Passou a existir uma preocupação com a comunidade que fomenta ideias espontâneas (além da sala de aula) para solucionar alguns problemas”; - “vejo que os alunos entendem melhor não só a cidade em que vivem, como também a própria realidade. Conseguem enxergar de outra forma os problemas urbanos atuais e conviver melhor com a diversidade. Muitos vão além e já tentam pensar em soluções, alternativas e começam a compreender melhor o seu papel na sociedade.”; - “[Participar do Arquitecendo] representou que não existe só a realidade em que eu vivo. Que a minha volta existem outras questões com as quais não convivo, mas estão ali. Que se deve conhecer melhor o ambiente em que se vive e ao redor dele. Que se pode melhorar um lugar com a transformação de elementos do espaço...”- “Hoje vejo o curso com outros olhos. Apesar de não ter concluído, vejo que não é só algo estético. Tão importante quanto a construção em si, o arquiteto e urbanis-

ta tem o trabalho ético de arquitetar literalmente um espaço melhor para todos. Através deste é possível formar novos costumes, formas de pensar, grupos de encontro, espaços inimagináveis.”

A experiência, que teve início em 2014, ainda é muito recente. No entanto, há evidências de que as opções propostas têm um grande potencial transformador. Esta atividade se transformou em um projeto integrador do 1º ano do curso, criando sinergias entre as diferentes disciplinas, diminuindo drasticamente a evasão de alunos decorrente de insatisfação com o andamento do curso, mas perdendo um pouco seu caráter humanista porque alguns professores de projeto arquitetônico adotam uma abordagem imobiliária e mercadológica da cidade.

A Vivência Oásis ocorreu no começo deste ano, 2017, quando alunos de arquitetura e urbanismo e engenharia ambiental da UFAL participaram de um mutirão no projeto Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial – Rio Largo no Residencial Jarbas Oiticica onde moram 3500 famílias, isolados da cidade, como tem sido a prática atual dos responsáveis pela política pública de habitação de interesse social no Brasil. Este mutirão faz parte de uma estratégia de envolver os moradores em um processo de participação e autogestão diante da completa ausência do estado. Nesta comunidade, diferente daquelas organizadas pelos movimentos sociais é muito difícil identificar insurgências. São pessoas de diferentes bairros, geralmente usuários de aluguel, localizados uns ao lado dos outros através de sorteios e por morarem tão distantes do centro passam 1/3 da sua vida fora de casa em um transporte público tentando chegar ou voltar de seu trabalho. Diante desta situação alunos que desconheciam essa realidade se envolveram na melhoria dos espaços fazendo propostas que foram enviadas para os organizadores do projeto para serem discutidas com os moradores. Segundo relatos dos alunos o contato com esses bairros “modificou a minha vida, nunca imaginei que as pessoas vivessem dessa maneira e que, apesar do medo em visitar esses lugares, nada me aconteceu além de um despertar para este tipo de realidade.”; - “Nunca tinha participado de uma experiência assim e não sabia o que iria acontecer lá, então foi tudo muito novo. De início não tinha compreendido muito bem o objetivo do mutirão, já que cheguei com uma visão pré-determinada e achando que, como estudante de arquitetura, poderia fazer algo diferente que interferisse mais na vida das pessoas. Depois de um tempo, percebi que as necessidades da população de lá são inerentes a eles e que é

o ponto de vista deles que importa.”; - “A vida imersa nos centros urbanos nos deixa desacostumados e desatentos à falta de necessidades básicas que existe fora deles. Por esse motivo, experiências como essa são tão importantes para nos aproximar de uma realidade completamente diferente e nos fazer mais atentos aos recursos que facilmente temos acesso e como podemos oferecer a mesma acessibilidade para essa outra realidade.” - “Durante a vivência, me questionei sobre o tipo de arquitetura que vem sendo produzida, uma arquitetura de isolamento e segregação.” - “Daquele sábado destinado ao mutirão, meu maior aprendizado foi em ter ciência da capacidade de um grupo disposto a trazer melhoria da qualidade de vida no Conjunto Jarbas e fazer parte dessa mudança. Mesmo que eu tenha participado por um dia, a experiência fomentou-me ao poder de agir local.”

Todas essas falas se refletiram nos projetos de melhoria que foram elaborados na 2ª parte da disciplina. O mais importante foram os depoimentos ao final do curso de que aquela atividade foi um divisor de águas, na compreensão do urbano e do social, no contexto da arquitetura e da engenharia. Os alunos entenderam que o arquiteto e urbanista, em especial, apesar de sua ampla abordagem e possibilidades de atuar como agente transformador das condições sócio espaciais locais, tem-se dedicado apenas a pequenas porções das suas atribuições.

Como se pôde observar, as experiências relatadas acima não estão relacionadas com o conceito de planejamento insurgente, pois nascem de iniciativas de professores dentro de um contexto dominado por uma cultura hegemônica onde o *modus operandi* da arquitetura e do urbanismo está extremamente atrelado e dependente do setor privado. As experiências apresentadas são na realidade uma preparação para a possibilidade de insurgência dos jovens profissionais e de suas futuras práticas profissionais. A ideia é que aprendam a serem facilitadores de processos participativos, entendendo que o seu papel é de aportar conhecimento técnico balizado com o saber popular, a utilizarem vocabulário conveniente e apropriado para entenderem e serem entendidos, e a respeitarem os processos sociais, conscientes de que não devem ser os protagonistas da ação.

## Conclusão

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que falta à população de forma geral um conheci-

mento mais prático e pertinente ao cotidiano das cidades e de seu bom funcionamento. Há um analfabetismo urbanístico e cidadão por parte de grande parte da população em termos de possibilidades de melhoria da qualidade de vida que um urbanismo inclusivo e mais humano pode fornecer. Este desconhecimento inviabiliza ações de insurgência, processos participativos e, portanto, avanços nas políticas democráticas e inclusivas de gestão urbana e habitacional. Há leis, há espaços institucionais de participação, mas falta vontade política dos atores envolvidos em participar de forma direta no cotidiano da cidade. Se faz necessário recuperar o espaço de cidadania, primeiro em seu bairro, sua localidade e depois em um projeto nacional. Há exemplos interessantes ocorrendo no mundo, que tratam de ‘amadorizar’ de forma massiva o planejamento urbano, de forma mais local possível, trazendo um novo papel para os planejadores e criando uma atmosfera de colaboração e orgulho da cidade de cada um. O planejamento insurgente é um grito de socorro da sociedade que quer uma outra cidade mais humana, inclusiva e que permita o desenvolvimento de todos os seus moradores, sem exceção. O desafio é construir uma lógica de planejamento que seja menos restritiva, menos centralizadora e menos associada sobretudo ao capital financeiro e imobiliário e que permita o diálogo, a pluralidade e a alteridade. Neste contexto, principalmente a universidade pública deve superar sua tendência cientificista e tecnicista e se comprometer com as questões sociais e as realidades locais, nacionais e internacionais. Para que isso aconteça, passos simples devem ser dados, no sentido de ouvir e se aproximar dos novos e velhos movimentos sociais e dos que estão à margem das organizações, mas que precisam despertar para o seu destino que vem sendo gravemente comprometido pela crise civilizatória atual.

## Bibliografia

- Alvares, L., Barbosa, J., Cavalcante, A. (2017), *Comunicação em Sessão Temática: Cultura, Resistência e Transgressão no Rio de Janeiro dos movimentos das favelas aos protestos de 2013*, XVII ENANPUR, São Paulo.
- Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. (2000), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes.
- Campos, A. (1990), “Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?”, *Revista de Administração Pública*, 24 (2), pp. 30-50.

- Cavalcanti, D. (2008), *Fight for a place in the city: social practices and state action in Maceió, Brazil*, Tese de doutorado, Londres: LSE.
- Fathy, H. (1973), *Architecture for the Poor: An Experiment in Rural Egypt*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Harvey, D. (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, London: Verso.
- Jacobs, J. (2011), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Maricato, E. (2016), *Melancolia na Desigualdade Urbana*, (M. R. Kehl, Entrevistadora).
- Miraftab, F. (2016), “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18, pp. 363-377.
- Pinho, J. e Sacramento, A. (2009), “Accountability: já podemos traduzi-la para o português?”, *Revista de Administração Pública*, 43, pp. 1343-1368.
- Rolnik, R. (2014), *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Boitempo.
- Roy, A. (2009), “Planejamento e gestão espacial da pobreza”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 11, pp.129-139.
- Roy, A. (2011), “Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 35.2, pp. 223-238.
- Santos, B. (1995), *Pela mão de Alice: o social e o política na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez.
- Santos, B. e Avritzer, L. (2002), “Para ampliar o cânone democrático”, in Santos, B. (Eds.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-83.
- Turner, J. (1976), *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, Londres: Marion Boyars Publishers Ltd.
- Vianna, M. e Cavalcanti, D. (2016), “Ensino do urbanismo nos cursos de Arquitetura e Urbanismo: tecendo a compreensão da cidade para a atividade projetual”, *Gestão e Tecnologia de Projetos*, 11, pp. 121-133.